

**PAR06-18-P1**

# **Formação em Direitos Justiça e Defesa: caminhos de acesso a direitos para as pessoas atingidas**

Regiões 1 e 2

Participação Informada — Equipe de Mobilização



**Escritório BH2 – Projeto Paraopeba**

Rua Adalberto Ferraz, 42 – Lagoinha – Belo Horizonte/MG

Aedas – Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social

CNPJ: 03.597.850/0001-07

**[www.aedasmg.org](http://www.aedasmg.org)**

**E-mail: [aedas@aedasmg.org](mailto:aedas@aedasmg.org)**

# Expediente

## Texto

Ana Luisa Ruffino  
Ligia Nonato  
Luana Farias  
Marcela Lacerda  
Pâmela Ferreira  
Sara Cortes Gama

## Revisão

César Augusto Silva  
Giovana Galvão  
Ana Cecilia Godoi  
Iridiani Graciele Seibert  
André Felipe Cavalcante  
Karina Moraes

## Projeto Gráfico e Diagramação

Wagner Túlio Paulino

## Fotografia de Capa

Felipe Cunha

## Equipe da Realização da Formação

### Facilitadoras/es

Cecília Godoi  
Claudia Simões  
Dayane Assis  
Iridiane Graciele Seibert  
Kalahan de Mello  
Kleyton Silva  
Larissa Assunção  
Luana Farias  
Luis Ribas  
Nara Pinilla

### Relatoras/es:

Ângela Paiva  
Anna Carolina Sandri

Diego Silveira  
Diva Braga  
Elaine Bezerra  
Joelma Franklin Pinheiro  
Karina Crepaldi  
Letícia Zampier  
Lidiane Matos  
Ranuzia Netta

## Ciranda Infantil

Cleiton Neto  
Janaína Rocha  
Luciana Miranda  
Mariana Barbosa  
Scarlet Souza  
Sheila Souza

## Comunicação

Douglas Batista  
João Paulo Dias  
Lucas Jerônimo  
Isis de Oliveira e Souza

## Apoio

Amanda Pacífico  
Antônio Sampaio  
César Augusto Silva  
Chirlene Santos  
Diego Silveira  
Giselle Maia  
Janderson Santos  
João Vitor Soares  
Joaquim Botelho  
José Cleiton Neto;  
Larissa Batista  
Luciana Aparecida  
Mariana Barboza  
Sarah Scarabeli.  
Thaís Mendes Alves

**Eixo Participação Informada**  
**Gerência Geral**

Diva Braga

**Assessoria da Gerência Geral**

Giovana Galvão

**Mobilização – R1**

**Coordenação**

Janderson Santos

**Mobilização – R2**

**Coordenação**

César Augusto Silva

**Equipe de Comunicação**

**Coordenação**

Elaine Bezerra

**Coordenação Gestão de**

**Informações**

Karina Moraes

**Gerência Geral**

**Eixo Institucional**

Gabriela Cotta

**Gerência Geral**

**Reparação do**

**Acordo Judicial**

Ranuzia Netta

**Coordenação Estadual**

Cauê Melo

Heiza Maria Dias

Luis Henrique Shikasho

**PAR06-18-P1**

**Formação em Direitos Justiça e  
Defesa: caminhos de acesso a  
direitos para as pessoas atingidas**

Regiões 1 e 2

## Sumário

|                                      |    |
|--------------------------------------|----|
| 1. Introdução .....                  | 7  |
| 2. Objetivos .....                   | 8  |
| 3. Formação em Direitos Humanos..... | 9  |
| 4. Resultados alcançados .....       | 13 |
| 5. Conclusão .....                   | 21 |

## 1. Introdução

O ciclo de Formação em Direitos Humanos (FDH) desenvolvido dentro do Plano de Trabalho 06 pela Aedas, envolve um conjunto de atividades formativas, que visa instrumentalizar as pessoas atingidas no processo de reparação dos danos causados pelo rompimento das barragens BI, BIV e BIV-A em Brumadinho. Esse é um processo pedagógico voltado ao fortalecimento dos conhecimentos relacionados aos Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais, com base em documentos oficiais e instrumentos nacionais e internacionais.

A primeira **“Formação em Direitos – Políticas para população atingida por barragem (PEAB/PNAB) e Acesso à Justiça”**, ocorreu em agosto de 2024. Em outubro do mesmo ano, aconteceram as **Oficinas de Comunicadores Populares**, Espaço Participativo metodologicamente relacionado à FDH. Em junho de 2025, ocorreu a terceira **“Formação em Direitos Humanos – Justiça e Defesa: caminhos de acesso a direitos para as pessoas atingidas”**. A metodologia proposta para esse tipo de espaço participativo, apresenta como diferencial a proposição de oficinas práticas, nas quais as atingidas e atingidos aprendem a elaborar, de forma concreta, instrumentos de acesso à direitos.

Dessa forma, no presente produto, dedicamo-nos a sistematizar os acúmulos e resultados da terceira Formação em Direitos Humanos, realizada em junho de 2025, evidenciando os debates, reflexões e aprendizados que emergiram a partir das discussões coletivas, especialmente no que tange às barreiras estruturais e sociais que atravessam o acesso à defesa e à justiça para os diferentes grupos atingidos, sobretudo aqueles em situações de maior vulnerabilidade socioeconômica.

Na ocasião, foram debatidas as barreiras estruturais que permeiam o sistema de justiça e as relações sociais que podem influenciar a restrição de acesso à defesa e à justiça, para aqueles coletivos de sujeitos dos territórios atingidos atravessados por marcadores sociais da diferença, como: população negra, mulheres, pessoas com deficiência (PCDs), pessoas idosas, crianças, adolescentes, jovens, população LGBTQIAPN+ e pessoas em situação de desigualdade socioeconômica.

## 2. Objetivos

O objetivo da Formação em Direito Humanos é fortalecer as pessoas atingidas no que se refere ao conhecimento de seus direitos, fornecendo instrumentos para subsidiar suas ações por justiça. O intuito é realizar essa abordagem de maneira simples e didática, bem como promover reflexões sobre a defesa da Reparação Integral, a partir da Participação Informada. Assim, a Aedas construiu materiais didáticos sobre aspectos básicos do Direito e do Sistema de Justiça brasileiro. Tudo isso com a finalidade de contribuir na promoção dos Direitos Humanos.

De forma transversal, em todos os espaços, aprofundamos reflexões associadas à forma como os marcadores sociais da diferença perpassam o acesso à justiça e à defesa dos Direitos Humanos. Esse debate apresentou centralidade ainda maior na terceira FDH, objeto deste documento. Para tanto, foi utilizada a cartilha, “O Impacto dos Marcadores Sociais no Acesso à Justiça no contexto da Reparação Integral”, elaborada pela equipe de Marcadores Sociais da Diferença (MSD), da Aedas. A Formação também teve como finalidade apresentar uma ferramenta de denúncia de crimes socioambientais, com importante potencial para no contexto do rompimento da barragem de rejeitos da Mina Córrego do Feijão em Brumadinho, de propriedade da empresa Vale S/A. A ferramenta apresentada foi o Radar Ambiental desenvolvido pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), com o objetivo de modernizar e facilitar a denúncia de crimes e danos ao meio ambiente em qualquer lugar do Brasil. A ideia é tornar o processo mais ágil, eficiente e acessível para que qualquer cidadão possa ajudar o Ministério Público a proteger o meio ambiente, atuando como um fiscalizador. Nesse momento as pessoas atingidas, com auxílio da cartilha, “Radar Ambiental”, elaborada pela equipe de MSD da Aedas, também receberam orientação de como utilizar o aplicativo para a realização de denúncias.

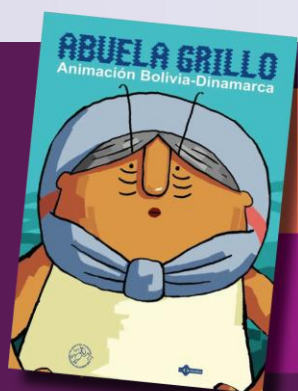
Neste caderno é possível encontrar os resultados alcançados nos espaços participativos das Regiões 1 e 2, bem como a proposta metodológica, a descrição da Formação e as contribuições das pessoas atingidas.

### 3. Formação em Direitos Humanos

A atividade foi desenvolvida simultaneamente com a mesma metodologia e materiais na Regiões 1 e 2, entre as 9h e 14h, no dia 21 de julho de 2025, de forma presencial. Para garantir a acessibilidade das pessoas atingidas, na Região 1 houve transmissão virtual para um participante. Uma prática que buscamos garantir sempre que demandados. Ainda, foi realizada a Ciranda Infantil para as crianças e adolescentes presentes.

Participaram da atividade 63 pessoas atingidas, sendo 39 na Região 1 e 24 na Região 2. Do total, 48 eram mulheres, das quais 39 negras, 2 indígenas e 7 brancas. Participaram também 15 homens, sendo 12 negros, 1 indígena e 2 brancos. O encontro contou ainda com a presença de 4 pessoas com deficiência (PCD) e 11 familiares de vítimas fatais (FVF), o que revela o engajamento, a importância e a necessidade de participação de tais grupos.

Conforme mencionado anteriormente, os espaços foram iniciados com um café da manhã, acolhida dos participantes, entrega de materiais, credenciamento e divisão dos grupos de trabalho por números nos crachás. Na sequência, técnicas da equipe Marcadores Sociais da Diferença (MSD) iniciaram a condução pedindo um minuto de silêncio em respeito e memória das 272 vidas ceifadas pelo desastre-crime da Vale S.A. em Brumadinho e foi apresentado o filme curta-metragem “Abuela Grillo” (Avó Grilo), que trata das questões ambientais e sua relação com a sociedade e com o acesso das comunidades aos recursos naturais que são, sobretudo, bens comuns.



**Assista o curta  
Abuelita Grillo (2009),  
Denis Chapon**

[https://youtu.be/AXz4XPuB\\_BM?si=OGaNPoksCwsknn2I](https://youtu.be/AXz4XPuB_BM?si=OGaNPoksCwsknn2I)



Após a exibição do filme, foi apresentada a programação do dia e estipulados os acordos coletivos para o bom funcionamento do espaço. Ainda, foram apresentados os objetivos e a proposta metodológica da atividade, seguida da apresentação da cartilha “Justiça sem Barreiras: O impacto dos Marcadores Sociais no Acesso à Justiça no Contexto da Reparação Integral”, entregue aos participantes para ser utilizada como material base da formação. Nesse momento, utilizou-se da projeção de slides para facilitar a comunicação com o grupo todo.

Por fim, foi feita a divisão das atingidas e atingidos em grupos para a realização da atividade proposta para o Momento II. Foram formados 3 grupos na Região 1 e 5 grupos na Região 2.

Os grupos foram conduzidos para espaços separados e cada grupo contou com a facilitação de um técnico ou técnica das equipes Marcadores Sociais da Diferença (MSD), Estratégias Jurídicas da Reparação (EJR) ou Mobilização (MOB) e, também, com um relator ou relatora de diferentes equipes da ATI.

Na primeira etapa do Momento II, foram retomados alguns dos temas abordados na cartilha, com foco especial no debate sobre os marcadores sociais da diferença, produção de vulnerabilidades e impedimentos de acesso a direitos e à justiça, especialmente no contexto do desastre sociotecnológico. Após a explicação desses conceitos essenciais, prosseguiu-se com o diálogo nos grupos a partir de um estudo de caso em que foi narrada uma história fictícia, que traz destaque aos marcadores e ao agravamento de danos a partir deles. A história apresentada relata o impacto do rompimento da barragem na vida de uma mulher negra atingida e mostra os agravamentos dos danos em razão dos marcadores sociais que permeiam sua família.



Acesse a cartilha  
através do **QR CODE** ou  
**Link abaixo.**

[https://aedasmg.org/wp-content/uploads/2025/06/20250506\\_DI\\_GITAL\\_PAR\\_R1R2\\_MSD\\_PRODUTO32\\_C](https://aedasmg.org/wp-content/uploads/2025/06/20250506_DI_GITAL_PAR_R1R2_MSD_PRODUTO32_C)



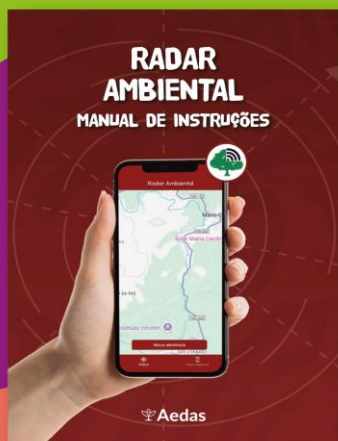
Após a leitura da história, cada grupo debateu coletivamente como os marcadores sociais atravessam a vida de Dona Maria (personagem da história fictícia). Para isso, foram utilizados como apoio cartazes impressos com dados que foram colados na parede. O facilitador(a) de cada grupo leu os dados do cartaz e, em seguida, fez a pergunta geradora para cada um dos seguintes marcadores sociais: gênero, raça, geração (crianças e adolescentes; jovens; pessoas idosas), PcD e diversidade sexual.

**Pergunta Geradora:** A partir da história de Dona Maria, de sua mãe, de sua filha e dos dados apresentados, como vocês avaliam as mudanças na vida dos *[marcador social]* após o rompimento? Vocês percebem no dia a dia o agravamento dos danos? À medida que as pessoas atingidas respondiam as perguntas geradoras, a facilitadora ou facilitador sistematizava as palavras-chaves em uma nuvem de palavras **em** cartolina para cada um dos marcadores, enquanto na relatoria se registrava todas as falas das pessoas atingidas. Finalizado o debate, foi feita a leitura final de todas as palavras escritas na nuvem, confirmadas pelos presentes.

Em seguida, foi realizado um debate sobre acesso à justiça, discutindo-se como são materializadas as discriminações e opressões aos sujeitos dos marcadores sociais no acesso à justiça. Para isso, foram utilizadas tarjetas impressas com os seguintes conceitos escritos: Desigualdades e discriminação econômica; Preconceitos e discriminação racial, religiosa, de gênero, sexual, contra PCD, entre outros grupos; Acesso limitado a serviços jurídicos e informações; Lentidão e complexidade dos processos judiciais; Ausência de documentação comprobatória.

Os conceitos foram explicados pelas facilitadoras e facilitadores e o debate foi estimulado perguntando-se ao grupo como eles acreditam que o conceito se manifesta e se relaciona com os sujeitos socialmente vulnerabilizados na busca pelo acesso à justiça.

Após o debate, foi finalizada a primeira etapa do Momento II e, depois de um breve intervalo, iniciou-se a segunda etapa, com a apresentação do aplicativo “Radar Ambiental”, com o auxílio do Manual de Instruções construído pela equipe Marcadores Sociais da Diferença.



Acesse a  
cartilha através do  
**QR CODE ou Link**

[https://aedasmg.org/wp-content/uploads/2025/06/Cartilha-App-Radar-Ambiental\\_DIGITAL.pdf](https://aedasmg.org/wp-content/uploads/2025/06/Cartilha-App-Radar-Ambiental_DIGITAL.pdf)



Nesse momento, foi explicado pelos(as) facilitadores(as) o objetivo e funcionamento do aplicativo, suas potencialidades e aspectos de segurança, seguida da orientação de como baixar o aplicativo e navegar pela tela inicial do mapa.

**Como exercício, conjuntamente, foi proposto que cada grupo elaborasse uma denúncia coletiva, a partir de demandas reais dos territórios, para ser registrada no aplicativo por uma das lideranças.** Nesse momento, nem todos os grupos elaboraram uma denúncia, entretanto, foi ensinado o procedimento para que possíveis denúncias futuras fossem enviadas. Em seguida, foi feita a avaliação do aplicativo e do processo de elaboração de denúncia e foram tiradas dúvidas das(os) participantes.

Na sequência, os grupos voltaram para o espaço de plenária para a finalização da atividade com o Momento III. Nesse momento, na Região 2, houve a apresentação do que foi trabalhado na Ciranda Infantil, garantindo a participação informada das crianças e adolescentes e, também, o compartilhamento dos trabalhos desenvolvidos nos grupos no Momento II, com a apresentação, por cada grupo, das denúncias construídas coletivamente. No espaço realizado na Região 1 não houve a apresentação da Ciranda, que contou com apenas duas crianças, e, também, não foi possível realizar a apresentação dos grupos, devido à falta de tempo disponível. O que, no entanto, não prejudicou o engajamento e apropriação da metodologia proposta.

Por fim, nas duas regiões foi feita uma avaliação geral das formações pelas pessoas atingidas, as quais tiveram a oportunidade de expressar o que acharam da metodologia e condução da atividade. Logo, as(os) assessoras(es) fizeram uma fala de encerramento e foi servido um almoço às(aos) participantes.

## 4. Resultados alcançados

O espaço de Formação em Direitos Humanos promove discussões importantes para as atingidas e atingidos terem acesso à informação e, através disso, se instrumentalizem e fortaleçam suas comunidades. Nesse ponto, suas falas, vivências, indignações, críticas, sugestões e elogios são essenciais enquanto sujeitos de direitos, para que os reivindiquem no processo de reparação e justiça social. As lideranças como potencializadores das suas comunidades, trazem relatos sobre a importância da luta pela reparação e acesso aos direitos, como trazido por uma atingida da Região 1: "O que penso, é que somos lideranças, estando a frente, vamos deixando um legado; vamos influenciar e construir um futuro, o que estamos fazendo agora é fundamental para o futuro da reparação".

Com o relato da liderança acima, é perceptível a incidência que os marcadores sociais da diferença fazem na vida dos grupos vulnerabilizados socialmente, como os citados nos grupos de discussão (pessoas idosas, crianças, adolescentes, jovens, população negra, mulheres, pessoas com deficiência (PCDs), população LGBTQIAPN+, pessoas com vulnerabilidade econômica), alinhado a essa percepção, um atingido da Região 1 comenta: "Vejo os marcadores como a disparidade entre as pessoas no Brasil como um todo. Disparidade no direito moradia, por exemplo. Buscamos isso para explicar que as pessoas precisam ter direito a isso como um todo".

Entendemos que espaços participativos centrados na conceituação e aplicação dos marcadores sociais da diferença reforçam e centralizam ações voltadas para o processo de reparação, em que as pessoas marcadas são as que vivem em situação de vulnerabilidade agravadas. Assim, o conhecimento do termo interseccionalidade, nos oferece uma compreensão mais aprofundada das desigualdades sociais, ao evidenciar a sobreposição de

opressões e discriminações que atravessam diferentes grupos. Trata-se de uma ferramenta analítica fundamental para refletirmos sobre as dinâmicas sociais envolvendo raça, gênero, classe e outros marcadores, bem como os desafios para a formulação e implementação de políticas públicas realmente eficazes e inclusivas, conforme descrito na Cartilha Informativa (pág. 23) entregue pela equipe de MSD, da Aedas.

O principal resultado alcançado com esse espaço, foi o processo formativo, a instrumentalização e a efetivação de uma denúncia coletiva. Para identificação de tais resultados, sistematizamos, abaixo, as contribuições das pessoas atingidas em cada marcador social debatido e trabalhado na ocasião:

Acesse a cartilha  
através do **QR CODE** ou  
**Link abaixo.**

[https://aedasmg.org/wp-content/uploads/2025/06/20250506\\_DI\\_GITAL\\_PAR\\_R1R2\\_MSD\\_PRODUTO32\\_C](https://aedasmg.org/wp-content/uploads/2025/06/20250506_DI_GITAL_PAR_R1R2_MSD_PRODUTO32_C)



## MULHERES

Atingida R2: “A violência aumentou muito, pois os homens que iam pescar não vão mais e ficam em casa frustrados, gerando mais violências domésticas”.

Atingida R2: “As mulheres correm atrás de tudo e buscam os seus direitos. Entre as próprias mulheres há esse conceito de não permitir a participação de outras mulheres, de não buscar novas pessoas. Tem a questão da violência física e mental. Já sofri vários ataques de atingidos. Já sofri ataque por não ter respondido a pessoa no whatsapp. Há falta de compreensão de que a luta é coletiva”.

Atingida R1: "Impacto na vida das mulheres é um cansaço por sempre ter que falar e reviver o dano. E que em sua comunidade, a insegurança é visível. Que após o rompimento, a vulnerabilidade aumentou muito".

Atingida R1: "A própria luta conta a mineração abusiva, predatória, é levada na sua maioria por mulheres, com trabalhos doméstico, filhos, e estão à frente de muito movimento em busca da reparação, e isso é um trabalho a mais".

Atingido R2: "Sobre os homens, depois do rompimento começaram a beber, muita gente perdeu a renda e deixaram de pescar. A violência aumenta e são as mulheres que pagam o pato".

### **POPULAÇÃO NEGRA**

Atingida R2: "As pessoas se tornam isoladas pela sociedade, fazendo o que a sociedade dá a ela, causando agravamentos a saúde mental e o pior, o não acolhimento das unidades de saúde para tratar esses problemas. As mulheres negras estão precisando ter caminhos e esses espaços participativo trazem isso, pois a troca com outras pessoas possibilita essa troca. O analfabetismo está gritante entre essas pessoas, pois muitas crianças negras não têm acesso nem a creche e isso vai se agravando com o passar do tempo, à medida que vão crescendo, pois não tem nenhum apoio social e nem financeiro".

Atingido R2: "O branco tem mais prioridade, ainda mais se tiver melhor vestido"

Atingida R2: "Os adolescentes negros são mais taxados do que os brancos, para a polícia, se tiver três meninos ali, vai logo nos pretinhos"

Atingida R1: "O poder público não fala dos Quilombos. As lideranças religiosas não sabem o que são os Quilombos (racismo religioso)".

Atingida R1: "80% da comunidade do Tejuco é negra".

Atingida R1: "Cheguei no espaço, numa atividade pública, sou presidente de um conselho de saúde, e a pessoa chegou e disse que eu a incomodei quando cheguei sendo uma mulher negra. Não teve nem vergonha de falar".

## POPULAÇÃO IDOSA

Atingida R2: “A solidão é 24 horas, mas não dou razão a ela. Quando você fica pensando depois do rompimento toda vez que leio eu esqueço depois. A pessoa foi lá em casa me cobrar dinheiro, mas lembrava que tinha dado o dinheiro, mas ele discutiu”.

Atingida R2: “Fala que na família dela muitos morreram pelo pó da Vale, deu silicose. E a sogra dela teve problema pulmão, morava muito perto e a poeira ia para dentro de casa. Era idosa, a vida toda morou no lugar, em Mato dentro, perto de Mateus Leme. E o sogro também está com problema no pulmão”.

Atingida R2: “Locomoção, precisa de apoio de familiar, não consegue andar sozinho, a família está trabalhando ou cuidando da sua vida, precisa de auxílio, alguém auxiliando, não consegue mexer celular, não sabe dirigir um carro, precisa de um andador. Idoso tudo é mais difícil, não sabe ir ao banco sozinho, não sabe fazer o cadastro para receber o emergencial. Quem mais precisa de ajuda com esse rompimento da barragem, ele ficou sozinho. Mais prejudicado”.

Atingida R1: “Dificuldade de deslocamento dos idosos, especialmente aqueles com reduzida mobilidade e maior dependência para se locomover. Relata que precisou deixar a mãe que morava com ela para morar na sede em Brumadinho, a mãe teve que sair do local de convívio e ir para ambiente que não estava acostumada. “Por causa das buscas e dos helicópteros ela perdeu o local no quintal onde pegava sol. Perdeu as possibilidades de lazer. Faleceu em novembro, pós rompimento, de depressão, teve pneumonia e morreu. A Vale continuou matando as pessoas para além do dia do rompimento”.

Atingido R1: “Preocupação em relação ao trânsito para os idosos que acabam ficando cerceados em casa. Vários idosos de Tejuco não saem de casa devido receio com o trânsito que se intensificou demais após rompimento”.

Atingida R1: “Dificuldade de deslocamento dos idosos, especialmente aqueles com reduzida mobilidade e maior dependência para se locomover. Relata que precisou deixar a mãe que morava com ela para morar na sede em Brumadinho, a mãe teve que sair do local de convívio e ir para ambiente que não estava acostumada. “Por causa das buscas e dos helicópteros ela perdeu

o local no quintal onde pegava sol. Perdeu as possibilidades de lazer. Faleceu em novembro, pós rompimento, de depressão, teve pneumonia e morreu. A Vale continuou matando as pessoas para além do dia do rompimento”

## **PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

Um atingido de Brumadinho da comunidade Jota, relata sobre como sua vida foi alterada após o rompimento enquanto PCD:

“Meu direito de ir e vir. Todo complexo de transposição do Paraopeba passou por aqui. Minha segurança, hoje tenho medo de sair na rua, assim como idosos, somos presas fáceis. Eu chamo atenção sobre o lar dos idosos, eu considero instituição fechada para cuidar dos idosos, mas nesse acordo poderia ter uma qualidade de vida melhor para os idosos. Um campo aberto, um banco, um pé de laranja para apanhar. Vejo que o lar dos idosos mais parece um hospital e não um lar de idosos que deveria dar qualidade de vida para essas pessoas”.

Atingida R1: “Brumadinho não tem uma via adequada para idosos e deficientes. Com aumentos dos carros ficou muito pior. Dificultou demais”.

Atingido R1: “minha irmã ficou na cadeira de rodas depois do rompimento. Levantamos mais tarde as 5 da manhã porque cortar cebolinha, salsinha e hortelã tem que ser cedo. Ela teve uma AVC, a pressão dela subiu muito. Os médicos falaram. E agora está numa cadeira de rodas e é difícil de andar no Tijuco”.

Atingida R2: “Meu esposo é cego. Dificuldade, eu estou ativa, eu ajudo e resolvo as coisas pra ele, pensando nos outros. Mas eu ainda consigo resolver. Ele tem dificuldade de toma remédio. Eu cuido dele, e se eu não cuidasse? A depender da família boa, cuida dele. Com o rompimento aumentou a dependência (dos cuidados) e surgiu coceira, e outras coisas, que a gente não sabe o que é”.

Como sugestão para a assessoria implementar nos próximos espaços participativos, uma atingida da comunidade Vale do Sol na Região 2, compartilha no grupo de discussão para as pessoas com deficiência: “Tem que fazer uma cartilha em áudio.”

Outro atingido da comunidade Aranã traz uma contribuição sobre a falta de acessibilidade na infraestrutura: “Onde tem mineração, geralmente as calçadas e calcamentos acabam sendo quebrados, algo que já é ruim para os cadeirantes e acaba piorando. Aí vem os caminhões pesados, sendo que o tráfego é para ser humano, e acabam quebrando tudo. E os PCDs para acessar as fabricas para trabalhar, só entram por lei, são contratados só para seguir a lei”.

## **CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

Atingido R2: “Após o rompimento, teve um aumento muito grande de adolescentes engravidando, perdendo o direito ao estudo, a participação, aos projetos de vida. O Estado deveria auxiliar nesses direitos, através das mídias, jornais. A falta de ajuda psicológica para esses grupos também agrava tudo muito mais. O abuso sexual também foi um fato muito agravamento nos territórios, devido ao fato delas ficarem mais em casa”.

Atingido R2: “Eu percebo que uma criança mesmo que não tenha passado pelo desespero da lama, ela foi contaminada pela água, pelo ar. Também sofreu agravamentos pelas coisas que tiveram perdas de acesso, e atrapalhou emocionalmente, além disso a contaminação está trazendo doenças que antigamente as crianças não tinham, e isso no futuro só tende a piorar, e essa doença ficar mais grave, se não tiver o protocolo de saúde devido, o futuro é incerto. As vezes a criança não entende o que é o rompimento, e de tanto ouvir as pessoas falarem, vão entendendo o que aconteceu e que foi grave. Tantas crianças e jovens com drogas, cigarros, menina de 13 anos grávida, se cortando, fica o dia todo com a blusa, com vergonha da sociedade. A família diz que ela está doente, é claro que ela está doente, falta de políticas, se diz que é direito de todos, mas na hora de colocar isso em prática não é para todos, a diferença da criança da cidade para a criança da periferia, não tem transporte, não convive com a sociedade, as que estão mais distantes são prejudicadas”.

Atingida R2: “A minha tinha 7 anos na época do rompimento, ela pegou a fase de criança e de adolescente. Ela tinha uma fase feliz, a gente ia para o rio. O nosso lazer era o rio. Não é só o transtorno mental, os nossos adolescentes estão com agravamento de suicídio. É a falta de infância”.

Atingida R2: “percebi que a rebeldia das crianças e adolescentes aumentou também, porque foi tirado deles coisa que a gente tinha, tem que ficar só em casa, fuçando telefone, o que não devia e temos que ficar vigiando para ver o que que estão entrando. Fica só dentro de casa sem passear, tínhamos aquele ditado “tá nervoso, vai pescar, tá estressado, vai pescar”, só que agora não temos mais o rio”.

Uma atingida da comunidade Satélite relata sobre a sua relação com o Rio Paraopeba e a tradição de pescaria que era compartilhado com suas netas e foi afetado após o rompimento da barragem: “Eu fui criada foi na beirada do rio, puxando carrete, que era o veículo que tinha na roça, eu sou da área rural. Então a pescaria todo dia a gente pescava para comer, e agora nem poder chegar na beirada do rio. Foi onde bateu a tristeza em todo mundo, não só as crianças, os adultos também, e eu sou muito de uma aventura, sair para ir pescar, eu amo essas coisas. Somos filho de índio misturado com baiano, todo dia pescava peixe com minhas irmãs, está fazendo muita falta. Se a justiça entendesse e prestasse para trabalhar, olharia nosso lado e via o quanto nós fomos prejudicados. Engraçado que eu ganhei um punhado de anzol, para pescar com as netas, ia ensinar elas pescar na mesma idade que eu aprendi, infelizmente a nossa alegria foi embora, e a gente não tem nem esperança se um dia vamos poder retornar no rio”.

Atingida R1: “Da perspectiva das crianças, eles vão ter uma herança maldita que é a doença, de conviver com a doença pro futuro; A luta não vai resolver os problemas totalmente. As pessoas não vão poder ter a segurança sobre o futuro, não sabemos como as doenças se desenvolverão”.

Atingida R1: “Na comunidade de Almoreimas – antes do rompimento as crianças ficam só tinham liberdade, as portas ficavam abertas, as mulheres iam pescar por lazer. Após o rompimento chegam muitos homens, de fora, estranhos, com a rotatividade de trabalhadores na região, homens vão e voltavam carregando doenças, as mulheres ficam expostas a riscos, a perigos”.

## JOVENS

Durante a discussão entre os grupos, uma atingida fala sobre o êxodo na comunidade por conta da falta de iniciativas e políticas públicas que tragam incentivos aos jovens, de construção e saberes, trazendo o exemplo de que sua

filha quer sair do quilombo: “Largar a escola para trabalhar também é uma condução para as mulheres jovens e não apenas para os homens”. Outro atingido da Região 2 reforça esse ponto da falta de acesso a juventude: “os jovens de hoje em dia estão agredindo os pais para conseguirem dinheiro para drogas, isso ocasionado pelo distanciamento dos pais e a uma boa assistência. Antes a gente via mais projetos voltados para os jovens e hoje não vemos mais isso”.

Atingido R2: “Os valores hoje estão invertidos. Após o rompimento e após a COVID, os jovens ficaram sem perspectivas de vida, parando de estudar, de participar de reuniões, não estão se mobilizando mais e foram trabalhar, pois ele vê o território contaminado, as mães com trabalhos domésticos excessivos. Precisamos achar recursos para fortalecer projetos para esses jovens”.

### **LGBTQIAPN+**

Dentre os debates para a população LGBTQIAPN+ houve diversos pontos elencados pelos atingidos como a falta de locais para trabalhar socialmente essas pessoas, sobre questões de saúde mental agravadas pela falta de apoio no ambiente familiar e estrutural, como uma atingida da R2 aborda sobre tentativas de suicídio, na qual ocorrem a orientação de tomar medicações, mas não há acolhimento. Outra atingida aborda sobre casos de adolescentes que deixaram de ir à escola por conta do preconceito e nesse debate entre os grupos uma atingida reforça: “O Brasil escolheu que LGBTQIA+, negros e mulheres são os povos escolhidos para serem mortos no Brasil. A polícia aqui são capitães do mato”.

É importante colocar que esse tema ainda desdobra diversas opiniões em que precisam ser debatidas e informadas em sociedade, como uma atingida da questiona: “o que é essa sigla, desde que cheguei não consegui entender”.

Atingido R1: “As pessoas tinham medo daquilo dali, se serem eles mesmos, o mundo mudou muito, hoje eles se abriram, então estão mais tranquilos, vivendo o direito que eles nem tem ainda, estão construindo entendeu? É difícil até a gente falar que os LGBTs têm direitos, porque eles têm e não têm direito de terem a sua liberdade, se divertirem, por que se são atacados, não tem direito nem de namorar na praça”.

## ACESSO À JUSTIÇA

A defesa pela assessoria no território é abordada pelos atingidos como uma ferramenta de acesso à justiça para a reparação: “Precisamos nos organizar para defender a assessoria, pois é através dela que temos acesso a todas as informações necessárias para o processo!”.

Uma atingida da região 1 relata sobre a tratativa que recebe pela desigualdade econômica: “Quando você está bem arrumada e não sabem que é catadora te tratam bem, mas quando você está no trabalho de catadores, da reciclagem e tal aí quando você está na associação como você está trabalhando você está de na luta ou quando você está na rua pegando material limpando a cidade faça um e para pegando lixo”.

Acesso limitado aos serviços jurídicos e informações: “A linguagem do meio jurídico é excludente, difícil de propósito, pois busca evitar o entendimento e o questionamento, por parte das pessoas simples, na tentativa de conhecimento de seus direitos”; “Usam muito siglas, dificulta o entendimento das pessoas”. Sobre a lentidão e complexidade dos processos judiciais: “Não é lentidão – é parado, estagnado”;

Uma atingida diz que é muito importante que a política e a vida social sejam ocupadas por mulheres, pessoas negras etc. Como meio para que se superem as desvantagens sofridas pelos marcadores sociais da diferença.

## 5. Conclusão

A Formação em Direitos Humanos proporcionou uma importante reflexão e capacitação das atingidas e atingidos das Regiões 1 e 2. Isso porque, os marcadores sociais da diferença foram colocados no centro das discussões e ações voltadas à reparação, uma vez que as pessoas atingidas são, em sua maioria, marcadas por eles e, assim, vivem situações de vulnerabilidade agravadas. Para que possam incidir sobre o processo reparatorio, é fundamental potencializar a compreensão da pessoa atingida enquanto sujeito de direitos. E isso só é possível com a apropriação completa da realidade em todas as suas dimensões.

A diversidade entre as e os participantes da Formação, majoritariamente mulheres, em ambas as Regiões, serviu como exemplo prático da necessidade

dessa atividade. Isso ficou evidente, pois as pessoas atingidas trouxeram reflexões sobre elas mesmas, suas histórias de vida, suas especificidades e os agravamentos ocasionados em virtude dos danos causados pelo rompimento da barragem de rejeitos tóxicos. A partir dessas elaborações, houve a capacitação e fortalecimento dessas lideranças, que se tornam mais ativas na multiplicação dos conhecimentos sobre a reparação, no convívio com suas comunidades.

A apresentação do aplicativo “Radar Ambiental” como ferramenta de denúncia de crimes ambientais, amplia as possibilidades de acesso à justiça e aos mecanismos de defesa socioambiental, em um contexto de vulnerabilidade ocasionado pelo desastre socio tecnológico do rompimento das barragens da Vale S.A. em Brumadinho. Durante as oficinas, nas Regiões 1 e 2, as lideranças elaboraram e registraram denúncias relacionadas a realidade de seus respectivos territórios, que podem ser monitoradas através da ferramenta.

Destaca-se o emprego, pela Aedas, de uma metodologia amparada na educação popular, com a elaboração de cartilhas e materiais didáticos, que qualifica a participação informada das pessoas atingidas, ultrapassando o conhecimento meramente jurídico, numa abordagem transdisciplinar que aprofunda outros conhecimentos e conteúdos necessários para uma incidência qualificada das comunidades no processo de reparação. Nesse sentido, a Aedas se objetiva, sobretudo, a contribuir com a construção de autonomia das pessoas atingidas, enquanto sujeitos centrais no processo de reparação.



Este documento é uma produção da Aedas - Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social Trata-se do Caderno com os resultados alcançados pelo ciclo de formação (produto PARO6-18-P1), elaborado pelo Eixo da Participação Informada com apoio da equipe de Marcadores Sociais da Diferença a partir da sistematização da Formação em Direitos Humanos realizada nas Regiões 1 e 2 da Bacia do Paraopeba em junho de 2025. A elaboração deste produto contribui para subsidiar as pessoas atingidas no acesso à direitos, com o apoio das Assessorias Técnicas Independentes (ATIs) no processo de luta pela Reparação Integral.